

O papel do/a Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial (AADEE) no processo de ensino-aprendizagem de alunos/as com deficiência

Ana Catarina De Souza Cavalcante Santos¹

Leidijane Da Silva Dias²

Profa. Dra. Tícia Cassiany Ferro Cavalcante³

Resumo

Esta pesquisa visa identificar o papel do/a Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial (AADEE) no processo de ensino-aprendizagem de alunos/as com deficiência em escolas da rede municipal de Recife - PE. Buscou-se conhecer o perfil, a formação, a relação com os profissionais da escola e o trabalho vivenciado pelos AADEEs junto aos (às) alunos(as) com deficiência. Utilizamos entrevistas semiestruturadas, realizadas com quatro agentes de duas escolas Municipais do Recife para coleta dos dados. Exige-se o ensino médio completo para exercício do cargo, porém, os AADEEs entrevistados apresentam alguma licenciatura ou são graduandos de Pedagogia. Apontaram que as formações demonstram desconexão entre a teoria e a prática vivenciadas nas escolas. Alegam que além das atividades de apoio na prática a alimentação, higienização e locomoção, desempenham funções ligadas às atividades pedagógicas de ensino-aprendizagem junto aos (às) alunos (às) com deficiência. Por esta razão, buscam o reconhecimento desta função e a valorização da carreira.

Palavras-chave: 1. Agente de apoio educacional. 2. Educação especial. 3. Inclusão. 4. Pessoa com deficiência

INTRODUÇÃO

Tendo em vista a importância de discutirmos um nicho que envolve a Educação, realizamos esta pesquisa para dar visibilidade à temática sobre Inclusão de pessoas com deficiência, apontando para a vertente que envolve o profissional que lida com este público no espaço escolar. Para isto procuramos conhecer o trabalho do agente de apoio educacional, por ser um potencial campo de trabalho para nós pedagogos e pedagogas.

¹ Discente do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco. Email: catarina.cavalcante@ufpe.br

² Discente do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco. Email: leidijane.dias@ufpe.br

³ Docente do Departamento de Psicologia, Inclusão e Educação (Dpsie) –Email: ticia.cavalcante@ufpe.br

A Constituição Federal, no art. 208, dispõe que o Estado deve garantir “o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

No Brasil, para possibilitar a inclusão de pessoas com deficiência, a Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão (LBI) prevê medidas que garantam o acesso, permanência, participação e aprendizagem. Para isso é necessário a oferta de recursos de acessibilidade que eliminem barreiras, promovendo a inclusão plena.

De acordo com a Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão (LBI), são consideradas barreiras à acessibilidade:

qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e expressão, à comunicação ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.

Essas barreiras são classificadas em barreiras urbanísticas, barreiras arquitetônicas, barreiras nos transportes, barreiras nas comunicações e na informação, barreiras atitudinais e barreiras tecnológicas.

A LBI prevê projetos pedagógicos que institucionalizem o atendimento educacional especializado, assim como serviços de adaptações razoáveis para atender as características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia. Sobre esta questão discutiremos adiante a figura do profissional de apoio educacional.

Como inicialmente o ambiente educacional não foi criado para todos, as pessoas com condições diferentes do que é considerado “normal - padrão - típico”, como, por exemplo, pessoas cegas, surdas, com deficiência intelectual, ou dificuldade de locomoção, não foram pensadas para fazer parte desses sistemas. Por esta razão, as pessoas com as citadas deficiências que conseguiram ter acesso à educação no passado, passaram por muitas dificuldades e muitas lutas.

Hoje, tenta-se uma equidade no acesso e permanência das pessoas com deficiência no sistema educacional. Verificamos que, mesmo com legislação específica, ações afirmativas e conscientização da sociedade, a efetividade da inclusão ainda é muito difícil.

Oliveira (2017) *apud* Barbosa e Carvalho (2003, p. 10) diz que “embora nossa sociedade vivencie um período de conquistas de direitos na área da inclusão, ainda são

grandes os desafios para a sua efetividade em direção a uma educação de qualidade na perspectiva inclusiva”.

No capítulo V, artigos de 27 a 30 da Lei 13.146/2015, estão previstas, de forma específica, medidas que visam assegurar o estabelecimento da promoção da educação às pessoas com deficiência.

Diante dessa problemática e a partir da nossa experiência na disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica 8 (PPP 8), na qual analisamos a contribuição da equipe gestora no atendimento aos estudantes com deficiência na Escola Municipal Nossa Senhora da Penha, percebemos que, para alguns alunos, é fundamental a assistência do profissional de apoio escolar para tornar possível sua participação em sala de aula, com aprendizado e desenvolvimento.

Verificamos que para inclusão do aluno com deficiência no ambiente escolar e na sala de aula é necessário um trabalho em conjunto/colaborativo da comunidade escolar, envolvendo o professor da sala de aula, o professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE), que desenvolve a função de acompanhamento com elaboração de atividades específicas, trabalho individualizado com atividades em contraturno em sala de recursos e o Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial (AADEE).

O AADEE- Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial, na lei de inclusão, corresponde à pessoa prevista no art. 28, inc. XVII como: “profissionais de apoio escolar”, primordialmente, profissionais que vão apoiar o aluno na locomoção, higiene e alimentação.

A denominação de AADEE é utilizada para o profissional de apoio escolar no município de Recife, cujo cargo foi criado pela lei municipal nº 18.038/2014.

Martins (2011) caracteriza o Profissional de Apoio à Inclusão Escolar (PAIE) como alguém que não exerce o papel pedagógico e aponta que para esse profissional não caiba mais a função de planejamento e ensino, conforme documentos a partir de 2008, garantindo-lhe, apenas, o papel de apoio como monitor. Isso implica economia no investimento de recursos humanos, pois deixa de contratar um profissional habilitado para realizar função de planejamento e ensino, para contratar um PAIE, que não precisa de uma formação específica e gera um custo menor.

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete, bem como

monitor ou cuidador dos alunos com necessidades de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar (BRASIL, 2008, p. 17).

Percebemos, no entanto, que o AADDEE além das atividades primordiais citadas (apoiar o aluno na locomoção, higiene e alimentação), muitas vezes, desempenha a função de um elemento que proporciona uma ligação entre o professor da sala de aula e o aluno com deficiência, auxiliando e orientando-o na realização de atividades, permitindo um melhor aproveitamento no acompanhamento das aulas e desenvolvimento de atividades.

A escolha desse tema se justifica pela relevância do acompanhamento pelo AADDEE, quando necessário, a preocupação em descobrir a real atribuição desse profissional no mundo da educação, bem como a valorização da carreira, a verificação de pontos a serem melhorados, possibilidades de treinamento e preparação para um melhor resultado no trabalho de desenvolvimento educacional do aluno com deficiência.

Em nossas primeiras impressões, o papel do AADDEE não se limita apenas àquele profissional de apoio escolar que, primordialmente, auxilia o aluno na locomoção, higiene e alimentação. Logo, esta pesquisa tenta responder à seguinte indagação: Qual o papel do/a Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial (AADDEE) no processo de ensino-aprendizagem de alunos/as com deficiência?

O estudo foi realizado com agentes de apoio de duas escolas da cidade do Recife/PE, denominadas, nesta pesquisa, como Escola 1 e Escola 2.

Visitamos e realizamos a entrevista com os AADDEEs da Escola 1, que fica localizada no bairro da Zona Oeste do Recife/PE. Atende ao ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos turnos matutino, vespertino e noturno. Atende estudantes de diferentes faixas etárias, sejam crianças ou adultos que frequentam a EJA. Em 2018 a escola foi requalificada, reformada, e as salas para desenvolvimento de alunos da Educação Inclusiva foram expandidas. A reestruturação beneficiou mais de 700 alunos. Trata-se de uma escola que foi adaptada para atender aos alunos com deficiência, com Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), sendo, portanto, referência no bairro.

Também visitamos e entrevistamos os agentes de apoio da Escola 2, localizada no bairro do Alto de Santa Terezinha, no Recife/PE. Atende estudantes do ensino fundamental nos turnos manhã e tarde. Possui um perfil diferente da anterior, pois tem

uma estrutura menor, onde os agentes acompanham os alunos em sala de aula e não possui Salas de Recursos Multifuncionais (SRM).

Com intuito de responder à pergunta de pesquisa, apresentamos o seguinte objetivo geral: Identificar o papel do/a Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial (AADEE) no processo de ensino-aprendizagem de alunos/as com deficiência. E os seguintes objetivos específicos: conhecer o perfil profissional do AADEE, averiguando a formação para o trabalho com alunos com deficiência; analisar a relação do AADEE junto aos demais profissionais da escola que contribuem para o ensino-aprendizagem de alunos/as com deficiência; analisar a relação do AADEE com o aluno com deficiência e seu processo de socialização.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Marcos políticos e legais da educação inclusiva

Diante da temática, são numerosos o acervo legislativo acerca do tema direitos das pessoas com deficiência. Serão utilizados os seguintes marcos legais: Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência/ Convenção da Guatemala – Decreto Nº 3.956/2001, Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Constituição Federal, Lei Nº. 8.069/90, Lei Nº 10.098/200, Resolução CNE/CEB Nº. 2, Resolução CNE/CP nº 1, Lei Nº 11.686/99, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Nº. 9.394/1996). Outros podem ser adicionados posteriormente.

Para identificação do estado da arte sobre a temática do projeto de pesquisa foram, inicialmente, pesquisados os termos “educação inclusiva + Brasil”, “profissional de apoio escolar” e “educação + pessoa com deficiência”, nos portais google acadêmico, portal da Scielo, periódicos da CAPES, UFRPE e UFPE. Dentre os trabalhos já encontrados sobre o assunto, podem ser citados os seguintes: feita pesquisa sobre “Formação profissional do AADEE”, encontrou-se o trabalho A Criatividade como Ferramenta para o Educar e Cuidar Profissionais: Agentes do Apoio ao Desenvolvimento Educacional Especial (AADEE’s) e Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADI’s), (Recife, 2015a) e AADEE (Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial), (Recife, 2022). Sobre a pesquisa “Prática de AADEE”: Xavier (2019) e Recife (2015b).

2.2 O AADEE e sua área de atuação

Ao buscarmos pesquisas sobre o profissional de apoio, surge um agente que realiza um serviço de apoio na escola e, conforme documentos oficiais, este profissional passou por modificações de perfil e função ao longo dos anos e que apresenta indefinições de perfil e função, equívocos na sua forma de atuação, além de denominações (MARTINS, 2011). Corroborado pelo que diz a autora, ao buscarmos pesquisas sobre o profissional de apoio, percebemos que não há uma denominação comum nas diferentes redes de ensino do país. Há autores que apresentam as seguintes denominações (Lopes, 2018):

Martins (2011) optou pelo termo **Profissional de Apoio**; Almeida, Siems-Marcondes e Bôer (2014) preferiram adotar o termo **cuidadores**; Araripe (2012), em uma perspectiva psicológica, optou por **Acompanhante Terapêutico**; Leal (2014) e Duque (2008) usaram o termo **Agente de Inclusão**. Outros nomes foram identificados na prática das escolas, tais como: **profissional de apoio pedagógico, auxiliar de ensino, estagiário de inclusão, mediador**, entre outros. Na literatura estrangeira, Gardou (2009) apresenta a denominação utilizada na França, **auxiliares de vida escolar**, e nos Estados Unidos, Giangreco (2010) e Macvay (1998) se referem ao termo **paraprofissional (Paraprofessional)**. (grifos nossos).

A denominação atribuída pela prefeitura do município de Recife-PE é Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial (AADEE), público alvo desta pesquisa.

Xavier (2019), ao citar a pesquisa de Santos (2017) relata que o profissional de apoio desenvolve um sentimento maternal pelos alunos que acompanha, e vivencia um sentimento dicotômico “entre o fazer pedagógico e o cuidado pessoal dos alunos” (p.52), pois quando são denominados de instrutores, seu papel consiste em adaptar materiais para o aprendizado dos alunos. Há, também, aqueles cujo papel consiste em “garantir a realização de tarefas da vida prática que o aluno não consegue realizar sozinho, como se alimentar, cuidar da higiene pessoal e se locomover” (Xavier, 2019, p. 52). Os achados da autora demonstram que ainda é turva a definição do papel do profissional de apoio no campo educacional para o atendimento dos alunos com deficiência e a justificativa apresentada é a inconsistência de políticas públicas no âmbito nacional e local.

Segundo Mendes (2010) apud Lopes (2018), entre os problemas relatados por gestores e os profissionais de apoio, destacam-se:

a escassez de oferta de serviços de apoio e cursos de formação de profissionais especializados, baixo investimento em contratação de profissionais de apoio, professor de Educação Especial e/ou equipe multidisciplinar, além da ausência de recursos materiais e omissão do papel do poder público em todas suas esferas.

Ainda de acordo com Xavier (2019), há urgência em promover formações para os profissionais de apoio, bem como reconhecer legalmente sua atividade, de modo a valorizar este profissional, envolvendo todos que fazem parte da rede de apoio aos alunos com deficiência nas escolas.

Devido às mudanças ocorridas na sociedade em relação à atenção às pessoas com deficiência e a necessidade que elas apresentam de cuidados diários, o profissional de apoio servirá “como uma ferramenta inclusiva de grande potencial, colaborando com o aumento da frequência escolar da pessoa com deficiência e, associado a isso, a permanência da mesma na escola” (Rego, 2018, p. 2019). Isso contribui para que a invisibilidade das pessoas com deficiência dê lugar a oportunidade de ter acesso aos seus direitos como cidadão.

Indagando sobre o surgimento do Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial (AADEE), percebemos que as conquistas em prol da implementação de políticas públicas educacionais para o atendimento da educação especial já cogitavam a necessidade deste profissional. Logo, encontramos menções da necessidade do profissional de apoio registrada na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996, que aborda a Educação Inclusiva no Capítulo V.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, **serviços de apoio especializado**, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

Além da LDB, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, também faz menção a este profissional quando diz em suas diretrizes que:

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete, bem como de **monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção**, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.

Visando adequar-se às exigências legais e implementação de políticas públicas em atendimento à Lei Brasileira de Inclusão e outras legislações pertinentes, a Prefeitura da Cidade do Recife abriu o edital nº 01, de 11 de junho de 2015, para provimento de concurso público com vagas para o cargo efetivo de AADEE.

Em 2010, O MEC publicou a Nota Técnica MEC/SEESP/GAB nº 19, que define especificamente quais as atividades que devem ser realizadas pelos profissionais de apoio e ainda aponta o que não cabe a este profissional, como “**não é atribuição** do profissional de apoio **desenvolver atividades educacionais diferenciadas**, ao aluno público alvo da educação especial, e **nem responsabilizar-se pelo ensino deste aluno**”, porém, a instrução se apresenta, de certa forma, contraditória quando dispor que “o profissional de apoio deve atuar de forma articulada com os professores do aluno público alvo da educação especial, da sala de aula comum, da sala de recursos multifuncionais, entre outros profissionais no contexto da escola” quando não reconhece que este profissional também pode realizar ações de cunho pedagógico no que se refere ao desenvolvimento do ensino-aprendizagem do aluno. Porém, para isso, este profissional precisa estar minimamente habilitado para este fim, sendo necessária a exigência de, pelo menos, a licenciatura para o exercício da função. A exigência apenas do Nível Médio, não dá habilitação ao profissional para este fim.

2.3 O AADEE e a rede de interação dos estudantes com deficiência

Nesta sessão discutiremos sobre o envolvimento do AADEE com a rede de interação dos estudantes com deficiência que este profissional acompanha. Veremos sua relação com o professor da sala convencional, com o professor de atendimento educacional especializado, além da família e dos colegas de turma dos alunos que são acompanhados por este profissional.

2.3.1 Relação com profissionais da escola

Há um longo caminho a percorrer até definir o real papel do AADDEE, mas reconhecemos que ele tem “um papel imprescindível para a constituição de práticas pedagógicas inclusivas, sendo necessário, contudo, um maior investimento em pesquisas científicas que estudem o trabalho do P.A. junto aos alunos com deficiência” (Xavier, 2019, p. 53). Não se trata de exercer funções atribuídas a outros profissionais que cuidam, como uma babá, mas sua função vai além quando a sua relação com o outro promove desenvolvimento, aprendizagem e autonomia.

Portalette (2017), citada em Xavier (2019, p. 53) aponta que o ensino colaborativo, quando há parceria entre o professor regente de turma regular, o professor especializado em educação especial e o AADDEE, contribui para “o desenvolvimento de práticas que garantam o acesso e a permanência dos alunos com deficiência, além de diminuir a transferência de responsabilidades no cotidiano escolar, que tem por função a escolarização de todos os alunos”. Lopes (2018, p. 10) também destaca a fala de Zerbato (2014), que reforça esse pensamento quando diz que “é de fundamental importância a parceria entre o professor do ensino comum e profissionais da educação especial ou especializados (psicólogos escolares, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais entre outros) no ambiente escolar”. Isso implica dizer que não é responsabilidade exclusiva do professor regente, tampouco do professor de AEE as ações que envolvem o aprendizado presentes no currículo, mas que todos os profissionais envolvidos com a educação do aluno precisam ter sua parcela de participação e responsabilidade.

2.3.2 Relação do AADDEE com o aluno com deficiência e seu processo de socialização.

Quando se fala sobre a importância do profissional de apoio/mediador (representado na pesquisa pelo AADDEE) ter as atividades pedagógicas reconhecidas, ressaltamos que o professor da classe ainda é o protagonista na organização das ações dos seus alunos, e com a colaboração do profissional de apoio deve atuar em parceria com a escola e a família e demais agentes da comunidade escolar com objetivo de trocar conhecimentos (MAMEDES, 2021). De acordo com a autora,

O mediador, ao recorrer a instrumentos necessários, busca facilitar o processo de ensino aprendizagem e socialização do aluno. Entretanto, se faz necessário compreender que mesmo aquele que dispõe da melhor estrutura e materiais não possui condições de atender o aluno de forma isolada ou autônoma. O trabalho de mediação escolar exige muito diálogo, troca e parceria. A compreensão da impossibilidade de se trabalhar sozinho, revela-se um grande passo em direção a inclusão, que só se efetiva com a atuação de toda a escola e com interlocução entre os atores envolvidos, sejam mediadores, gestores, profissionais da saúde, entre outros. (grifos nossos)

Mamedes (2021) ainda destaca que o trabalho desenvolvido em parceria entre o professor regente e o mediador requer “persistência e dedicação, visto que reproduzir estratégias, mesmo aquelas que tenham alcançado êxito com outros alunos, nem sempre se mostra algo eficaz, considerando que a heterogeneidade é um ponto basal da subjetividade humana”. Deste modo, é fundamental que o apoio/mediador desenvolva, juntos aos agentes envolvidos com os alunos com deficiência, ou seja, o professor regente, a comunidade escolar e os responsáveis pelo aluno (familiares), estratégia que considerem a singularidade do aluno, reconhecendo sua história, habilidades, limitações, potencialidades, prioridades, seu ritmo e suas possibilidades de desenvolvimento.

2.3.3 Relação com a família dos alunos com deficiência

Quanto a participação das famílias que têm criança com deficiência frequentando a escola, Sigolo (2012, p. 337) aponta que

Família e escola se beneficiam deste movimento relacional, ou seja, necessidades e expectativas são de ambas as partes, não é um movimento unilateral no qual a família se reorganiza, se mobiliza para responder à escola nas suas premências, mas é preciso apreender o outro contexto, as suas condições, as suas necessidades e, por fim, as suas possibilidades de atender às exigências da escola.

A fala da autora demonstra que a família não pode considerar a escola como protagonista da educação dos alunos com deficiência, tampouco fazer da escola um espaço onde há alguém para cuidar dos filhos durante a sua ausência, muitas vezes justificada pelo trabalho. Ambos têm que realizar uma atividade em conjunto, ou seja, cabe à escola fazer o acolhimento dos alunos com deficiência e às famílias “oferecer um lugar onde possam desenvolver com segurança e aprender a se relacionar em sociedade” (Souza; Benício, 2022, p. 14), o que se torna mais complicado para as famílias dos deficientes.

2.3.4 Dificuldades e desafios dos AADEEs

Nos estudos de Lopes (2018), são apontadas diversas dificuldades relatadas pelos profissionais de apoio, dentre as quais destacamos:

1- Dificuldades em lidar com as características dos alunos, oriundas da deficiência, principalmente no caso de limitação de comunicação, quando, por exemplo, o aluno é não verbal e não é possível perceber o que o aluno deseja, também no caso do aluno apresenta dificuldades em obedecer comandos, se negam a fazer suas atividades;

2- Falta de reconhecimento de seu trabalho, muitos na escola nem notavam sua importância, como se estivesse ali ligado apenas com aqueles alunos e aquele serviço, não fazendo parte da equipe, sendo que, em muitas situações, se ele não estivesse lá, o professor não conseguiria fazer um bom trabalho;

3 - Precariedade do trabalho relacionada ao baixo salário e à ausência de uma formação mais significativa, que deixassem os profissionais mais seguros na realização das atividades, com conhecimentos específicos e um acompanhamento maior durante o serviço, além de sobrecarga de atividades, quantidade de alunos acompanhados ou de turmas e atribuições indevidas

4 - Dificuldades relacionadas às barreiras físicas e atitudinais. As barreiras físicas estavam ligadas às estruturas físicas inadequadas na escola. Quanto às barreiras atitudinais notava-se falta de inclusão de alunos com deficiência em atividades, até por questão de preconceito.

5- Outro obstáculo está relacionado à dificuldade de relacionamento com os pais de colegas que não se sentiam seguros em deixar seus filhos em sala de aula com aluno(s) com deficiência, passando esse tipo de pensamento para seus filhos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa segue os rigores metodológicos de um trabalho científico, logo, a abordagem adotada pelas autoras é de uma pesquisa qualitativa que, de acordo com Minayo et al. (2007, p. 21) “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Ainda segundo os autores, a pesquisa qualitativa trata dos fenômenos que refletem a realidade social, pois o ser humano se diferencia dos outros tanto por agir, quanto por pensar sobre o que faz e por interpretar a realidade compartilhada entre seus pares. Como a proposta consiste em identificar o papel do AADEE no processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência, esta abordagem metodológica coaduna com a forma que se pretende coletar os dados e os resultados que esperamos alcançar.

A coleta dos dados ocorreu por meio de entrevista classificada por semiestruturada “que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (Minayo et al., 2007, p. 64). O roteiro continha questões que procuravam saber em que condições os participantes ingressaram na instituição, as atividades realizadas, bem como verificar se além das suas atribuições, inerentes ao cargo, eles contribuem para o desenvolvimento do ensino-aprendizado dos alunos com deficiência. Verificamos seu perfil acadêmico e como acontece a formação continuada desses profissionais. Outro ponto que buscamos identificar é a interação junto aos demais profissionais, familiares e colegas de turma dos estudantes com deficiência. O instrumento de coleta de dados utilizado foi a gravação das narrativas dos participantes, o que permitiu o registro das informações com maior fidedignidade.

As entrevistas foram realizadas com 04 (quatro) AADEEs de diferentes escolas públicas da cidade do Recife, campo escolhido para coleta dos dados por terem em seu quadro de funcionários esses profissionais que atendem alunos com deficiência e cuja forma de ingresso no cargo se deu por meio de concurso público ou seleção simplificada de contratados.

Para realizar a análise dos dados, optamos pela metodologia de Análise de Conteúdo, pelo fato do instrumento de coleta de dados ter sido a entrevista semiestruturada, que coaduna com esta forma de tratamento e análise dos dados. Para Bardin (1977, p. 42) a Análise de Conteúdo é

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Seguimos as diferentes etapas da análise de conteúdo, organizadas em torno de três fases: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (Bardin, 1977).

Na pré-análise, que consiste na organização dos dados, sistematizando as ideias iniciais, que permitirá operacionalizar as próximas etapas (Bardin, 1977), realizamos o tratamento dos dados. Definimos o roteiro da entrevista, realizamos as entrevistas com os 04 participantes de diferentes escolas municipais do Recife, escolhidos aleatoriamente.

Na etapa da exploração do material realizamos a administração das técnicas sobre os dados coletados.

A preparação do material ocorreu por meio da gravação das entrevistas e transcrição das narrativas dos participantes. Cada fala foi identificada por um código dado a cada participante, identificado por P1, P2, P3 e P4. Posteriormente realizamos a leitura flutuante (Bardin, 1977) para identificarmos respostas comuns, atendendo ao que a autora chama de “regra da homogeneidade” nas falas dos sujeitos e/ou que corroboram com o que vimos na literatura. Realizamos o recorte dos trechos que geraram as categorias e permitiram respondermos aos objetivos propostos nesta pesquisa. As categorias geradas foram: a) perfil e formação dos AADEEs, b) contribuição dos AADEEs para o ensino-aprendizagem dos/as alunos/as com deficiência, c) relação do AADEE com os profissionais da escola, d) relação do AADEE com o aluno com deficiência e seu processo de socialização. Apesar de não estar presente nos objetivos propostos, identificamos nas narrativas dos participantes um tópico que destacamos como a categoria “dificuldades e desafios dos AADEEs”, uma vez que as dificuldades precisam ser enfrentadas por esses profissionais e as conquistas poderão contribuir para a definição do seu papel em seu espaço laboral.

Quanto ao tratamento dos dados e interpretação, após termos seguido as etapas anteriores interpretamos as falas dos participantes a partir do que encontramos na

literatura sobre o papel do agente de apoio ao desenvolvimento educacional especial (AADEE).

Após concluído o procedimento metodológico, seguimos com a apresentação sobre como se deu a análise dos resultados, assim como os resultados alcançados.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Visando alcançar o objetivo geral desta pesquisa, que consistiu em identificar o papel do/a Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial (AADEE) no processo de ensino-aprendizagem de alunos/as com deficiência, os dados coletados permitiram organizar as narrativas dos participantes, que estão identificados por P1, P2, P3 e P4, nas seguintes categorias: perfil e formação dos AADEEs, relação do AADEE com os profissionais da escola e relação do AADEE com o aluno com deficiência e seu processo de socialização. Além disso, procuramos saber as principais dificuldades encontradas pelos AADEEs no exercício da profissão.

a) Perfil e formação dos AADEEs

O requisito para ingressar no cargo de AADEE é a conclusão do ensino médio, porém, percebe-se que na ausência deste profissional formalizado por meio de concurso público ou seleção simplificada, a município tenta cumprir a legislação a partir da contratação de estagiários, seja de Pedagogia ou de Psicologia. Logo, ainda estão na condição de aprendizes e não são licenciados.

O AADEE é uma exceção na prefeitura do Recife, pois é um dos poucos municípios que fez concurso público para contratação desse profissional.

De acordo com o edital do concurso ao qual os participantes se submeteram, além de cumprir as determinações imposta no edital, o requisito para ingressar no cargo de AADEE, enquanto formação mínima, era apresentação do diploma ou certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de Nível Médio. Entretanto, os participantes da pesquisa apresentaram grau de escolaridade superior ao exigido.

Quanto ao perfil acadêmico dos profissionais entrevistados, as respostas foram: Graduação em Educação Física (licenciatura e bacharelado), pós-graduação em

personal trainer e educação física escolar (P1); estudante de Pedagogia (P2); formado em administração e licenciatura em história (P3); formação em Pedagogia (P4).

Isso implica dizer que, mesmo as pesquisadoras realizando a seleção dos participantes de forma aleatória, os dados demonstram que os AADEEs entrevistados já fazem parte do campo educacional, ou estão se preparando para área, uma vez que há três licenciados e uma estudante de Pedagogia.

Quando questionados se a prefeitura do Recife promove capacitações e formações na área, todos disseram que sim e que as formações presenciais ocorrem nos períodos de recesso escolar, mas eles também disponibilizam cursos online.

Quanto à realização de cursos na sua área de atuação por iniciativa própria, 02 informaram que realizam e 02 disseram que devido a limitação de tempo pessoal não realizavam.

Sim. Atualmente eu tô matriculado em alguns cursos sobre transtorno e as deficiências, que eu consigo, sempre tô entrando em um curso e outro, mas online, por causa de questão de tempo, mesmo. (P1)

[...] os cursos que eu assisto me dão mais propriedade e segurança para trabalhar com esse público. (P4)

Quanto aos conteúdos abordados nas formações promovidas pela Prefeitura do Recife, os participantes apontaram a desconexão e a existência de um abismo entre a teoria e a prática no seu campo de trabalho.

“Falta um pouco mais de prática, um pouco mais de pulso e a própria questão da escola junto da gerência, da prefeitura, que elas ofereçam alguns cursos voltados pra prática de alguns relatos que tenha na vivência e possam trazer junto a teoria, né?” (P1)

“[...] Então não consegue fazer uma formação que seja mais válida por esse fato, porque o que eles falam na teoria é muito difícil a gente aplicar na prática.” (P1)

“Infelizmente, assim, a gente percebe que não é uma coisa muito pé no chão, porque até a gestora disse: ‘eu queria que esse pessoal da educação inclusiva passasse um dia aqui pra ver o que realmente acontece na escola’. Porque não temos recursos suficientes de AEE (apoio educacional especializado), de uma sala de recursos, pra ver como é o dia-a-dia da escola, porque uma coisa é muito bom você falar, né? Outra coisa é você vivenciar.” (P2)

Dentre as dificuldades apontadas na realização das atividades dos AADEEs, está a dificuldade da prefeitura do Recife realizar formações específicas, de modo a atrelar os conteúdos discutidos teoricamente à realidade vivenciada por esses profissionais na prática. Este fato é trazido na pesquisa de Rego (2018) quando ela coloca “a falta de oferta de formação e qualificação adequadas pela Secretaria de Educação para o exercício de suas funções é o maior entrave ao desempenho de trabalho de melhor qualidade, e não a formação acadêmica” (Rego, 2018, p. 30). Há uma desconexão entre a realidade vivenciada pelos AADEEs e o que é proposto nas formações. Isso faz com que esses profissionais busquem formações de maneira independente, em busca de algo mais focado e especializado no seu trabalho, o que pode ser considerado oneroso e de alto investimento financeiro, de disponibilidade e de tempo.

b) Contribuição dos AADEEs para o ensino-aprendizagem de alunos/as com deficiência

Em que pese a atribuição do AADEE indicada na legislação específica dizer respeito a questão relacionada à prática de atos de alimentação, higienização e locomoção, verificamos que, na prática profissional, o trabalho do AADEE vai além dessas citadas. Mais adiante, citaremos alguns trechos de entrevistas que corroboram nossa hipótese.

Na pesquisa realizada por Lopes (2018), foi identificado por gestoras, nas cidades nas quais os profissionais de apoio escolar entravam em sala e exerciam diversas funções ligadas aos alunos e professores e não somente referentes aos cuidados houve maior desenvolvimento e evolução do aluno, devido ao suporte desse profissional.

O resultado da pesquisa acima apontada vem a corroborar com o que foi observado em nossa pesquisa, no sentido que os AADEEs, de fato, realizam as atividades além das previstas para o cargo. Sendo o reconhecimento de realização do trabalho pedagógico, uma aspiração que esses profissionais buscam o reconhecimento:

É um trabalho conjunto entre a gente e o professor. Porque, como o professor é um só pra muitos alunos, a gente termina fazendo a parte pedagógica junto com eles. A gente vê questão de atividade junto ao aluno pra ver se ele tá desenvolvendo, se ele consegue desenvolver bem, se ele consegue acompanhar atividades que é proposta, e aí a gente dá o feedback para o professor pra ele reorganizar essa questão de atividade. (P1)

Minha visão como pedagoga, eu tenho certeza que se os AADEEs tivessem a formação pedagógica e tivessem a possibilidade desse reconhecimento pra atuar diretamente com a criança ia ser um trabalho maravilhoso. (P4)

De ter o reconhecimento do AADEE com o pedagógico, porque a gente faz literalmente um trabalho pedagógico e pra que os alunos tenham uma maior autonomia, que é o que a gente busca, uma maior autonomia para o aluno, que ele, mesmo uma criança com deficiência, ele consiga viver e socialize de verdade e consiga andar com suas próprias pernas. (P1)

Além dessa parte tem um lado pedagógico que a gente também atua. (P2)

A partir das respostas dos participantes, percebe-se que além das atribuições inerentes ao cargo de AADEE, eles desenvolvem ou lutam pelo reconhecimento das funções pedagógicas. Entretanto, a Nota Técnica MEC/SEESP/GAB nº 19 (MEC, 2010) destaca que este profissional não deverá se responsabilizar pelo ensino dos alunos que são acompanhados, ou seja, “a legislação e as diretrizes oficiais, que não compreendem questões curriculares e didático-pedagógicas” (Bezerra, 2020). Como há carência de professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE) na rede, e vendo a dificuldade dos professores regentes de sala em administrar mais uma atribuição, que é de adaptar atividades para os alunos com deficiência, os AADEEs acabam exercendo o papel pedagógico de ensino-aprendizagem, especialmente os que são licenciados. Bezerra (2020) até questiona se mesmo as atividades legalmente definidas para exercício do cargo necessitariam de um conhecimento pedagógico prévio, uma vez que “esses processos são, também, educacionais e estão articulados ao desenvolvimento integral do ser humano” (p.10).

Porém, este reconhecimento é uma luta, uma bandeira que a classe está levantando, para, inclusive, pleitear melhorias salariais, uma vez que o nível de qualificação profissional se torna mais elevado. A contratação dos AADEEs com exigência de nível médio para o exercício da função implica uma estratégia mais econômica, resultando na diminuição da contratação de Professores AEE.

c) Relação do AADEE com os profissionais da escola

De acordo com as opiniões dos entrevistados a relação dos AADEEs com os demais profissionais envolvidos com o desenvolvimento dos alunos com deficiência,

percebe-se que há um entrosamento entre esses profissionais e os professores regentes de turma, bem como os professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e que o trabalho é desenvolvido de forma conjunta e parceira.

Aqui a gente tem uma parceria forte, uma parceria boa. Quanto à equipe aqui, pra ensinar, os próprios professores é uma equipe muito boa a interação da gente. Aqui é um ambiente totalmente bom pra trabalhar. [...] Os professores de AEE notam a peculiaridade e se precisar dão orientação pra gente. (P3)

E a partir daí eu tive a sorte de ter uma pessoa que me orientou muito bem e ela me explicou muitas coisas antes de iniciar o meu trabalho. [...] eu fui muito bem orientada. Tive essa parceria por todo tempo sem restrição de dizer o que eu pensava, como forma de contribuição de melhoria do meu trabalho e do trabalho da escola. Além de orientarem, elas (AEEs) fiscalizam se as atividades que a gente tá praticando corresponde a necessidade da escola, também fazem a preparação de material pra gente aplicar. Então, elas elaboram material e entregam pra gente, pra gente fazer leitura e, de certa forma, é muito tranquilo. A equipe aqui é muito boa. (P4)

Mamedes (2021) destaca as palavras de Mousinho et al. (2010) quando diz que o apoio/mediador deve estar presente em diferentes situações, seja nas atividades em sala de aula, no intervalo das aulas, no diálogo com professores regentes e comunidade escolar ou até mesmo na relação do aluno com seus pares, estimulando um ambiente para construção de possíveis amizades, de acordo com as condições e interesse da criança.

d) Relação do AAEDE com o aluno com deficiência e seu processo de socialização.

O processo de socialização dos alunos com deficiência é fundamental para que a escola exerça seu papel de promover uma educação inclusiva e não o que é chamado de educação especial.

Então, a socialização, dependendo do grau como a criança venha, fica um pouco difícil, mas assim, quando dá a gente consegue fazer com que ele socialize e se atrelem com as outras crianças, dependendo do estado que o aluno vem para a escola. (P1)

Aqui, pra mim, isso (processo de socialização) é um ponto extremamente positivo [...], o entendimento que aquele aluno não pode ter barulho na sala, que aquele aluno, por mais complexo que ele seja, porque aqui tem vários tipos de heterogeneidade das necessidades especiais. Tem TDAH, tem muito ativo de brincar, mas

todos sabem que ele tem que ser tratado da mesma forma, mas com atenção maior, com respeito maior. (P3)

A gestão realiza paradas para fazer palestras, convida as próprias crianças para falar o que eles sentem, como elas gostariam de ser tratadas, de participar do convívio e a partir daí a gente começou, intuitivamente, a fazer jogos e deixar os meninos mais próximos, pois antes eram muito mais isolados. Sentava o AAEDE e a criança. Hoje a gente já senta três, o AAEDE, a criança com deficiência e a gente procura uma criança que aceite o aluno com deficiência. (P4)

Sabe-se que há resistência por parte de algumas famílias, por receio de ter seus filhos excluídos, agredidos ou que adquiram traumas ainda maiores decorrentes de uma socialização malsucedida. As famílias das crianças que não têm deficiência ainda precisam passar por um processo de desconstrução do preconceito com esse público e essas são questões que geram dificuldade à escola em atender a legislação.

e) Dificuldades e desafios dos AAEDEs

Dentre as dificuldades e desafios relatados pelos participantes, destacamos as narrativas a seguir, que apontam para a importância de a família contribuir para que o aluno com deficiência chegue na escola em condições mínimas para interagir socialmente e aprender os conteúdos. Na fala dos participantes percebemos que a família exerce um papel fundamental e parceiro junto à escola, esta, por sua vez, deve procurar naturalizar suas práticas inclusivas.

Além disso, demonstra a falta de recursos, tanto físicos, como uma sala adaptada para atender os alunos com deficiência, quanto recursos humanos capacitados, pois há carência de professor de atendimento educacional especializado ou mesmo de AAEDE.

A grande dificuldade, eu acredito que não é nem o trabalho em si, é quando a gente não tem o apoio, literalmente, da família. Às vezes a criança vem sem tá medicada. Ela já vem meio que descontrolada de casa, então a gente não consegue fazer o papel dentro da escola que realmente tem que ser feito. (P1)

A escola não tem estrutura [...] lá não tem sala de recurso, então a criança vai pra sala de aula e quando a gente vê que ela não tem condição dela ficar dentro da sala de aula a gente tira e tenta fazer alguma atividade fora porque lá o espaço é muito pequeno. (P2)

Os desafios é que não tem um AEE, então não tem uma atividade específica para aquela criança [...]. Então, falta primeira coisa um AEE, que tem que ter. Um AEE que seja capacitado. (P2)

Independente do aluno e da deficiência, **a gente tem que tá apto pra trabalhar com qualquer outra deficiência ou qualquer outro aluno**, porque a demanda é muito grande. Inclusive, há um déficit muito grande de pessoas da escola como apoio. (P4) (grifo nosso)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados da pesquisa realizada apontam que a atuação dos Agente de apoio ao desenvolvimento Educacional Especial (AADEE) na escola tem acontecido de forma indefinida e não padronizada, muito embora seja amplamente reconhecida a necessidade e a importância desse profissional no contexto escolar.

Em relação às condições de trabalho, foi possível identificar que existe diferença para o exercício da função, apesar de ambas nas quais foram realizadas as pesquisas terem a atuação do AADEE. A escola localizada no Alto Santa Terezinha é de pequeno porte, sem sala de recursos multifuncionais, sem professor de AEE e sem área de convivência para os alunos. Já a escola do Engenho do Meio é uma escola grande, com muitas salas de aula que funcionam nos três turnos e conta com sala de recursos multifuncionais, área de convivência para os alunos e tem professor AEE para subsidiar, orientar e fortalecer o tanto o trabalho do professor da sala de aula como o profissional AADEE. Isso impacta diretamente nas condições de trabalho do AADEE e no desempenho do aluno.

Foi observado alto nível de escolarização dos AADEEs entrevistados, todos envolvidos com a área de educação e o interesse em desenvolver um trabalho relevante junto aos alunos. As funções desempenhadas pelos AADEEs ultrapassam aquelas estabelecidas na legislação que consiste no trabalho de higienização, limpeza e locomoção. Todos os agentes entrevistados afirmam o desenvolvimento de atividades pedagógicas, seja na simples execução junto ao estudante com deficiência ou mesmo no apoio direto ao professor em sala de aula, considerando até o grande número de alunos em sala a serem atendidos pelo professor regente.

Consideramos, portanto, que o investimento público nos AADEEs melhora o atendimento aos alunos com deficiência, promove apoio ao trabalho dos professores regentes de classe, reduz o abandono escolar, valoriza a educação inclusiva e sensibiliza a comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa edições, 1977.

BEZERRA, Giovani Ferreira. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a Problemática do Profissional de Apoio à Inclusão Escolar como um de seus Efeitos. **Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, v.26, n.4, p.673-688, Out.-Dez., 2020.** <https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0184>. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbee/a/B8T8rMXW8BzMJnNq5JBsXqK/>. Acesso em 10 de mar. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: MEC, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf. Acesso em fevereiro de 2024. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394, de 23 de dezembro de 1996**. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2005.

_____. Decreto nº 6.949.2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Nota Técnica nº 19, de 8 de setembro de 2010**. Assunto: Profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados em escolas comuns da rede pública de ensino. Brasília: MEC/Seesp/GAB, 2010. Disponível em: <https://inclusaoja.com.br/2011/06/03/profissionais-de-apoio-para-alunos-com-deficiencia-e-tgd-matriculados-nas-escolas-comuns-nota-tecnica-192010-mecseesp-gab/>. Acesso em 09 mar. 2024.

LOPES, Mariana Moraes. **Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar. 2018**. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9899>.

MAMEDES, Norenir Oliveira Leite. Educação Inclusiva: Interação de professor e mediador. **Revista Educação Pública, v. 21, nº 25, 6 de julho de 2021**. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/25/educacao-inclusiva-interacao-de-professor-e-mediador>. Acesso em 09 mar. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis; Vozes; 2007.

OLIVEIRA, Wanessa Moreira. **Ações inclusivas no âmbito do IF sudeste MG: um processo em construção**. 2017. 189 f. Dissertação (Mestrado em Diversidade e Inclusão) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

POKER, Rosimar Bortolini Poker ... [et al.]. Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado. São Paulo : Cultura Acadêmica. Marília: Oficina Universitária, 2013.

RECIFE.PE. Lei nº 18.038/2014.

_____. A Criatividade Como Ferramenta Para o Educar e Cuidar. Recife, 2021. Disponível em: http://www.recife.pe.gov.br/efaerpaulofreire/sites/default/files/arquivos/noticias/Forma%C3%A7%C3%A3o%20AADEE_ADI_A%20Criatividade%20como%20ferramenta%20para%20o%20educar%20e%20cuidar%20%281%29_0.pdf. Acesso em 06/09/2023

_____. Política de Ensino da Rede Municipal do Recife Educação Inclusiva: Múltiplos Olhares Recife 2015^a. Disponível em: http://www.portaldaeducacao.recife.pe.gov.br/sites/default/files/arquivos_informativos/home/EducacaoInclusiva.pdf. Acesso em 04/09/2023.

REGO, Selmo Vieira. **Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial - AADEE: um profissional da educação sob múltiplos olhares**. Monografia apresentada no curso de Licenciado em Educação Física. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2018.

SOUZA, Thaís Teixeira de, BENÍCIO, Edgard Ricardo. **O papel da família na educação inclusiva**. Instituto Federal Goiano, Campus Avançado de Hidrolândia – Polo Aparecida de Goiânia, 2022. Disponível em https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/2969/1/tcc_Thais%20Teixeira%20de%20Souza.pdf. Acesso em 10 mar. 2024.

XAVIER, Sheyla Alves. **Um olhar sobre a prática de profissionais de apoio à alunos com deficiência da rede municipal de ensino do Recife**. Recife, 2019.